

Deliberação dos Comitês PCJ nº 390/21, de 10/12/2021

Altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos – PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023, e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 26ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/2020, de 31/08/2020, aprovou o Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí para o período 2020 a 2035 – Plano das Bacias PCJ 2020-2035;

Considerando que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 376/2021, de 07/10/2021, aprovou a alteração do Plano de Ação e o Programa de Investimentos – PA/PI para o quadriênio 2020 a 2023;

Considerando que a Deliberação CRH nº 246/2021, de 18/02/2021, aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada – PDC para fins da aplicação dos instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando que o Ofício CRHi nº 49/2021, de 02/09/2021, apresentou orientações quanto ao formato e prazos para a adequação do PA/PI para os anos 2022 e 2023;

Considerando que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 389/2021, de 10/12/2021, aprovou o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2021 (Ano-base 2020), apresentando atualizações no PA/PI para o próximo biênio;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 10ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento e Câmara Técnica do Plano de Bacias, realizada no dia 12/11/2021, por videoconferência;

Deliberam:

Art. 1º Fica aprovada a alteração do “Plano de Ação e Programa de Investimentos – PA/PI” para a gestão dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, para o quadriênio 2020 a 2023, conforme consta dos Anexos desta deliberação.

§ 1º No Anexo I, constam informações referentes ao período 2022 a 2023, em atendimento a orientações da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA).

§ 2º No Anexo II, constam informações consolidadas para todo o quadriênio, considerando o planejamento para o período 2020 a 2023.

Art. 2º Havendo recursos financeiros disponíveis relativos a saldos ou superávits das cobranças pelo uso dos recursos hídricos, paulista e federal, ou da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos - CFURH, estes poderão ser utilizados para financiamento de ações indicadas no Anexo desta Deliberação, que tiveram como fonte a classificação “Outra”.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Parágrafo único. As destinações de recursos de que trata o *caput* serão objeto de deliberações específicas voltadas à adequação do “Plano de Ação e Programa de Investimentos – PA/PI” para o quadriênio 2020 a 2023.

Art. 3º Fica revogada a Deliberação dos Comitês PCJ nº 376/2021, de 07/10/2021.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

SIDNEY JOSE DA ROSA:05833989604
604

Assinado de forma digital por SIDNEY JOSE DA ROSA:05833989604
Dados: 2021.12.20 20:36:56 -02'00'

(assinado digitalmente)
SIDNEY JOSÉ DA ROSA
Presidente do CBH-PJ1

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA:10293008876

Assinado de forma digital por LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA:10293008876
Dados: 2021.12.13 13:43:40 -03'00'

(assinado digitalmente)
LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

DAMIAO APARECIDO DO COUTO:07429643612
12

Assinado de forma digital por DAMIAO APARECIDO DO COUTO:07429643612
Dados: 2021.12.14 08:40:23 -03'00'

(assinado digitalmente)
DAMIÃO APARECIDO DO COUTO
Secretário-executivo do CBH-PJ1

ANDRE LUIZ SANCHEZ NAVARRO:22365068804

Assinado de forma digital por ANDRE LUIZ SANCHEZ NAVARRO:22365068804
Dados: 2021.12.15 14:22:55 -03'00'

(assinado digitalmente)
ANDRÉ LUIZ SANCHEZ NAVARRO
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Anexo I - Deliberação dos Comitês PCJ nº 390/21, de 10/12/2021

PLANO DE AÇÃO E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS PCJ PARA O BIÊNIO 2022 A 2023.

SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	15 Planos Municipais de Saneamento Rural elaborados	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural	Bacia	Bacias PCJ, observando os municípios e ACs prioritários para saneamento rural	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	1.322.666,92	1.936.400,85	3.259.067,77	CFURH	
3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto por ano	Elaboração de projetos de implantação de tecnologias de desinfecção de efluentes domésticos	Município	A definir	Prioritário	A definir	Concessionárias de saneamento	555.502,43	0,00	555.502,43	CFURH	
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilidade de ao menos 01 modelo	Manutenção e aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	450.000,00	450.000,00	Cobrança Estadual	
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Publicação de ao menos uma interface revisada	Manutenção e aprimoramentos do SSD PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	700.000,00	700.000,00	1.400.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de	Contratação de 01 estudo para orientar a elaboração de	Elaborar Plano de Comunicação quando de operações	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Fundação Agência da Bacia	90.000,00	0,00	90.000,00	Cobrança Estadual	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
recursos hídricos	Plano de Comunicação	emergenciais das barragens					Hidrográfica do Alto Tietê					
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Contratação de 01 estudo sobre a compatibilização dos planos de bacia hidrográfica dos CBHs da Bacia do Rio Tietê	Promover a compatibilidade entre os planos de cada UGRHI	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê	45.000,00	0,00	45.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Ao menos 01 estudo realizado	Cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.513.325,72	0,00	1.513.325,72	Cobrança Estadual	
2.2 - Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos	Ao menos 01 banco de dados	Desenvolvimento de banco de dados de poços e suporte à decisão	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	A definir	DAEE, IGAM, Agência das Bacias PCJ	0,00	900.000,00	900.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos e relatórios visando o licenciamento das ETEs projetadas	Município	A definir	PDC 1 e 2	A definir	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 Plano, considerando os trechos vulneráveis indicados no Plano de Bacias	Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	0,00	4.800.000,00	4.800.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Ao menos 05 planos revisados/elaborados	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	Município	A definir	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	1.245.653,53	1.000.000,00	2.245.653,53	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Ao menos 05 planos revisados/elaborados	Elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	1.116.222,97	0,00	1.116.222,97	Cobrança Estadual	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilização dos dados de ao menos 36 postos ativos e contratação de 01 estudo de monitoramento qualitativo	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ e Universidades	550.000,00	2.745.734,17	3.295.734,17	Cobrança Estadual	
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilização dos dados de ao menos 02 postos ativos	Implantação, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	A definir	A definir	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Ao menos 01 estudo elaborado	Desenvolvimento de estudo de alternativas de aumento da disponibilidade hídrica nas sub-bacias dos rios Atibaia, Jundiá e Capivari	Sub-bacia	Sub-bacias Atibaia, Jundiá e Capivari	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	700.000,00	700.000,00	Cobrança Estadual	
3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto por ano	Elaboração de projetos de implantação de tecnologias de desinfecção de efluentes domésticos	Município	A definir	Prioritário	A definir	Concessionárias de saneamento	1.444.498,77	1.000.000,00	2.444.498,77	Cobrança Estadual	
3.1 - Esgotamento sanitário	Substituição de 30 sistemas	Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	Município	Município	Prioritário	Município	Prefeituras municipais	0,00	379.789,70	379.789,70	Cobrança Estadual	
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Contratação de ao menos 02 projetos	Implementação de projetos de PSA	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ	Não prioritário	Município	Prefeituras municipais	5.500.000,00	3.500.000,00	9.000.000,00	Cobrança Estadual	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	aprovados nos Editais anualmente			prioritárias conforme mapa Conservação recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias								
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Recuperação de 40 hectares de áreas prioritárias por ano	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa Conservação recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	Município	Prefeituras municipais	5.068.899,15	1.676.815,41	6.745.714,56	Cobrança Estadual	
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Cercamento de 10.600 metros por ano	Promoção do isolamento de fatores de degradação em matas ciliares e áreas de recarga	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Município	Prefeituras municipais	1.440.000,00	720.000,00	2.160.000,00	Cobrança Estadual	
5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	Alcance das metas intermediárias dos cenários de referência para planejamento, conforme descrito no Plano de Bacias	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Município	Para 2020, municípios prioritários indicados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 324/2019. A partir de 2021, municípios observando as prioridades do Plano de Bacias	Prioritário	Município	Prefeituras municipais e concessionárias de saneamento	7.200.000,00	0,00	7.200.000,00	Cobrança Estadual	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	Formação de pelo menos um representante de cada grupo (poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários)	Processos formativos de representantes dos poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários sobre a realidade socioambiental das Bacias PCJ e as prioridades do Plano de Bacias	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	A definir	Agência das Bacias PCJ, Prefeituras municipais e ONGs	600.000,00	300.000,00	900.000,00	Cobrança Estadual	
8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	Elaboração de um plano e implantação de programa de comunicação social na Bacia do Tietê	Elaborar ações de comunicação social para a Bacia do Tietê	Bacia	Bacia do rio Tietê	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	90.000,00	0,00	90.000,00	Cobrança Estadual	
8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	Elaboração de um plano e implantação de programa de comunicação social na Bacia do Tietê	Elaborar ações de comunicação social para a Bacia do Tietê	Bacia	Bacia do rio Tietê	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	210.000,00	0,00	210.000,00	Outra	Comitês da Bacia do rio Tietê (AT, SMT, TJ, TB, BT)
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilidade de ao menos 01 modelo	Manutenção e aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	471.594,18	478.500,00	950.094,18	Outra	Cobrança Federal
1.2 - Planejamento e gestão de	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para ampliação e	Bacia	Municípios com prioridades para	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	2.061.459,23	2.461.459,23	4.522.918,46	Outra	A definir

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
recursos hídricos		melhoria dos sistemas de transporte de esgotos		coleta, no Plano de Bacias								
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	400.000,00	0,00	400.000,00	Outra	Cobrança Federal
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	2.461.459,23	2.461.459,23	4.922.918,46	Outra	A definir
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	279.913,98	679.913,98	959.827,96	Outra	A definir
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	320.000,00	0,00	400.000,00	Outra	Cobrança Federal
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	320.000,00	0,00	400.000,00	Outra	Cobrança Federal
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	3.202.522,40	3.602.522,40	6.805.044,80	Outra	A definir

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
				fósforo, no Plano de Bacias								
1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Ao menos 01 estudo elaborado	Realizar os procedimentos estabelecidos para as áreas de restrição e controle já identificadas nas Bacias PCJ e avaliar a existência de novas áreas	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	320.000,00	0,00	320.000,00	Outra	Cobrança Federal
2.4 - Enquadramento dos corpos de água em classes de qualidade	Encaminhamento de uma proposta de enquadramento ao CERH-MG	Encaminhamento do enquadramento da porção mineira das Bacias PCJ	Sub-bacia	Porção Mineira das Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	IGAM, Agência das Bacias PCJ	106.637,61	106.637,61	213.275,21	Outra	A definir
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilização dos dados de ao menos 36 postos ativos	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	3.670.385,07	0,00	3.670.385,07	Outra	Cobrança Federal
2.3 - Cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a área de cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.929.591,25	1.331.000,00	3.260.635,72	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para acompanhamento de projetos da área de Sistema de Informações	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.515.088,07	1.595.000,00	3.110.088,07	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
2.2 - Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para fiscalização de outorgas	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.512.000,00	1.500.000,00	3.012.000,00	Outra	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio Operacional para acompanhamento de empreendimentos de demanda espontânea	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.319.600,57	1.485.000,00	2.804.600,57	Outra	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Desembolso de ao menos 60% do valor previsto	Remuneração de agentes técnicos e financeiros para empreendimentos deliberados pelos Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	420.000,00	0,00	420.000,00	Outra	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	878.786,17	840.400,00	1.719.186,17	Outra	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para acompanhamento de projetos de assessoria ambiental	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.060.970,53	980.100,00	2.041.070,53	Outra	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a Área de Tecnologia da Informação - TI	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	707.551,20	904.200,00	1.611.751,20	Outra	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Logística de Suporte às reuniões Plenárias e das CTs dos Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	395.000,00	200.000,00	595.000,00	Outra	Cobrança Federal
2.7 - Infraestrutura dos órgãos do CORHI e Agências de Bacias	Apoio operacional contínuo	Manutenção de licenciamento de sistemas de TI	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.535.935,43	500.500,00	2.036.435,43	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Desembolso de ao menos 70% do valor previsto	Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos internos das CTs e eventos externos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	237.580,20	200.000,00	437.580,20	Outra	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para acompanhamento de ações da porção mineira	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	367.200,00	374.000,00	741.200,00	Outra	Cobrança Federal
3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	13.948.268,97	13.948.268,97	27.896.537,94	Outra	A definir
3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	670.000,00	0,00	750.000,00	Outra	Cobrança Federal
3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	13.198.268,97	13.948.268,97	27.146.537,94	Outra	A definir
3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	670.000,00	0,00	750.000,00	Outra	Cobrança Federal
3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	2.852.522,40	3.602.522,40	6.455.044,80	Outra	A definir

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
		tratamento secundário		secundário, no Plano de Bacias								
3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	670.000,00	0,00	750.000,00	Outra	Cobrança Federal
3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	19.664.293,60	20.414.293,60	40.078.587,20	Outra	A definir
3.1 - Esgotamento sanitário	Ao menos 01 projeto realizado	Implantação de Unidades de Tratamento de Lodo nas ETAs	Município	A definir	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	1.500.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00	Outra	A definir
3.1 - Esgotamento sanitário	Ampliação dos sistemas de coleta de esgotos de pelo menos 20% do municípios prioritários	Ampliações e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	196.916.738,44	196.916.738,44	393.833.476,88	Outra	A definir
3.1 - Esgotamento sanitário	Ao menos 01 ETE implantada	Implantação das ETEs projetadas e melhorias das ETEs existentes	Bacia	Bacias PCJ, observando as prioridades para tratamento secundário.	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	20.497.153,01	20.497.153,01	40.994.306,02	Outra	A definir
4.1 - Controle de processos erosivos	Estabilização de 10 voçorocas/ano nas propriedades que recebem projetos de recomposição florestal	Estabilização de voçorocas nas propriedades que receberão projetos de recomposição florestal	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa Conservação recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Não prioritário	A definir	Prefeituras municipais, ONGs e Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	100.000,00	100.000,00	200.000,00	Outra	A definir

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
				do Plano de Bacias								
4.1 - Controle de processos erosivos	Aplicação de técnicas de conservação do solo em aproximadamente 360 ha/ano	Aplicação de técnicas de conservação do solo em propriedades que receberão os projetos de recomposição florestal	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa Conservação recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	A definir	Prefeituras municipais, ONGs e Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	500.000,00	500.000,00	1.000.000,00	Outra	A definir
4.1 - Controle de processos erosivos	Conservação de solo em 300 hectares por ano	Execução de intervenções de conservação de solo	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa Conservação recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	A definir	Prefeituras municipais, ONGs e Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	391.950,00	391.950,00	783.900,00	Outra	A definir
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Contratação de ao menos 01 projeto aprovado no Edital anualmente	Implementação de projetos de PSA	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa Conservação recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	Município	Prefeituras municipais	1.150.000,00	150.000,00	1.300.000,00	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
4.3 Proteção de mananciais	Contratação da elaboração de PIPs para 1.000 hectares por ano	Desenvolvimento e monitoramento da implementação dos PIPs	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	A definir	Agência das Bacias PCJ ou Prefeituras Municipais	2.218.725,60	600.000,00	3.298.770,08	Outra	Cobrança Federal
4.2 - Soluções baseadas na natureza	Recuperação de 40 hectares de áreas prioritárias por ano	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa Conservação recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	A definir	Prefeituras municipais, ONGs, Setor privado	385.620,27	497.509,37	883.129,63	Outra	A definir
5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	Alcance das metas intermediárias dos cenários de referência para planejamento, conforme descrito do Plano de Bacias	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Município	Municípios observando as prioridades do Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	Outra	A definir
8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Plano elaborado e ao menos 12 membros capacitados em nível de pós-graduação	Elaboração de um Plano de Capacitação Técnica e realização de processos formativos nas áreas de atuação das Câmaras Técnicas	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	175.813,20	165.000,00	340.813,20	Outra	Cobrança Federal
8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	Capacitação de ao menos 05 turmas por ano	Ampliação e divulgação do programa de capacitação (Escola da Água e Saneamento), fomento e incentivo à capacitação de operadores	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Consórcio PCJ	50.000,00	50.000,00	100.000,00	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
8.2 - Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas	Ao menos 01 processo formativo e uma campanha educativa realizada	Realização de processos formativos e campanhas educativas sobre a realidade das Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	300.000,00	400.000,00	700.000,00	Outra	Cobrança Federal
8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	01 Plano elaborado e ações implementadas	Elaboração e execução de um Plano de Comunicação para o fortalecimento da comunicação entre a sociedade civil e os Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	1.043.646,72	715.000,00	1.758.646,72	Outra	Cobrança Federal
2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Contratação de ao menos 01 pessoa	Apoio operacional para gerenciamento da implementação e da revisão do Plano de Bacias	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	588.763,99	588.763,99	1.177.527,98	Outra	Cobrança Federal
8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a área de comunicação social	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	329.400,00	662.200,00	991.600,00	Outra	Cobrança Federal
TOTAL CFURH (R\$)								1.878.169,35	1.936.400,85	3.814.570,20		
TOTAL COBRANÇA PAULISTA (R\$)								27.603.600,14	19.872.339,28	47.475.939,42		
TOTAL FEHIDRO (R\$)								29.481.769,49	21.808.740,13	51.290.509,62		

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Anexo II - Deliberação dos Comitês PCJ nº 390/21, de 10/12/2021

PLANO DE AÇÃO E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS PCJ PARA O QUADRIÊNIO 2020 A 2023.

SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	15 Planos Municipais de Saneamento Rural elaborados	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural	Bacia	Bacias PCJ, observando os municípios e ACs prioritários para saneamento rural	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	0,00	1.383.948,02	1.322.666,92	1.936.400,85	4.643.016,99	CFURH	
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	15 Planos Municipais de Saneamento Rural elaborados	Fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural	Bacia	Bacias PCJ, observando os municípios e ACs prioritários para saneamento rural	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	0,00	555.502,43	0,00	0,00	555.502,43	Cobrança Estadual	
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Contratação de 01 estudo para orientar a elaboração de Plano de Comunicação	Elaborar Plano de Comunicação quando de operações emergenciais das barragens	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê	0,00	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de	Contratação de 01 estudo sobre a	Promover a compatibilidade e entre os	Bacia	Bacia Hidrográfica do rio Tietê	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Fundação Agência da Bacia	0,00	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00	Cobrança Estadual	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	recursos hídricos	compatibilização dos planos de bacia hidrográfica dos CBHs da Bacia do Rio Tietê	planos de cada UGRHI					Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê							
1.1 - Bases e Sistemas de Informação	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Ao menos 01 estudo realizado	Cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	1.513.325,72	0,00	1.513.325,72	Cobrança Estadual	
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos e relatórios visando o licenciamento das ETES projetadas	Município	A definir	PDC 1 e 2	A definir	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 Plano, considerando os trechos vulneráveis indicados no Plano de Bacias	Elaboração dos Planos Diretores de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	0,00	0,00	0,00	4.800.000,00	4.800.000,00	Cobrança Estadual	
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento	Ao menos 05 planos	Elaboração e revisão de	Município	A definir	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	0,00	1.254.346,47	1.245.653,53	1.000.000,00	3.500.000,00	Cobrança Estadual	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	o e gestão de recursos hídricos	revisados/elaborados	planos municipais de saneamento básico												
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento o e gestão de recursos hídricos	Ao menos 05 planos revisados/elaborados	Elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Prefeituras municipais	0,00	2.383.777,03	1.116.222,97	0,00	3.500.000,00	Cobrança Estadual	
1.5 - Disponibilidade	1.2 - Planejamento o e gestão de recursos hídricos	Ao menos 01 estudo elaborado	Desenvolvimento de estudo de alternativas de aumento da disponibilidade e hídrica nas sub-bacias dos rios Atibaia, Jundiá e Capivari	Sub-bacia	Sub-bacias Atibaia, Jundiá e Capivari	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00	Cobrança Estadual	
1.1 - Bases e Sistemas de Informação	2.2 - Outorga de direitos de uso dos recursos hídricos	Ao menos 01 banco de dados	Desenvolvimento de banco de dados de poços e suporte à decisão	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	A definir	DAEE, IGAM, Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	900.000,00	900.000,00	Cobrança Estadual	
1.1 - Bases e Sistemas de Informação	2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de	Disponibilidade de ao menos 01 modelo	Manutenção e aprimoramento de um modelo chuva-vazão	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	0,00	450.000,00	450.000,00	Cobrança Estadual	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	informação sobre recursos hídricos		para as Bacias PCJ												
1.1 - Bases e Sistemas de Informação	2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Publicação de ao menos uma interface revisada	Manutenção e aprimoramentos do SSD PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00	1.400.000,00	Cobrança Estadual	
1.4 - Monitoramento	2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Contratação de 01 estudo de monitoramento qualitativo	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento qualitativo dos recursos hídricos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ e Universidades	0,00	1.231.928,02	0,00	0,00	1.232.139,31	CFURH	
1.4 - Monitoramento	2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre	Disponibilização dos dados de ao menos 36 postos ativos e contratação de 01 estudo de	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento qualitativo	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ e Universidades	0,00	0,00	550.000,00	2.745.734,17	3.295.734,17	Cobrança Estadual	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	recursos hídricos	monitoramento qualitativo	dos recursos hídricos												
1.4 - Monitoramento	2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilização dos dados de ao menos 02 postos ativos	Implantação, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento qualitativo das águas subterrâneas	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	A definir	A definir	0,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	Cobrança Estadual	
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto por ano	Elaboração de projetos de implantação de tecnologias de desinfecção de efluentes domésticos	Município	A definir	Prioritário	A definir	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	555.502,43	0,00	555.502,43	CFURH	
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto por ano	Elaboração de projetos de implantação de tecnologias de desinfecção de efluentes domésticos	Município	A definir	Prioritário	A definir	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	1.444.498,77	1.000.000,00	2.444.498,77	Cobrança Estadual	
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Alcance das metas intermediárias dos cenários de	Melhoria e recuperação da qualidade das águas	Município	Municípios prioritários indicados na Deliberação dos Comitês	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	1.788.513,04	0,00	0,00	0,00	1.788.513,04		

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
		referência para planejamento, conforme descrito no Plano de Bacias			PCJ nº 324/2019										
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Substituição de 30 sistemas	Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	Município	Município	Prioritário	Município	Prefeituras municipais	0,00	520.210,30	0,00	379.789,70	900.000,00	Cobrança Estadual	
4.1 - Proteção de mananciais	4.2 - Soluções baseadas na natureza	Contratação de ao menos 02 projetos aprovados nos Editais anualmente	Implementação de projetos de PSA	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	Município	Prefeituras municipais	0,00	0,00	5.500.000,00	3.500.000,00	9.000.000,00	Cobrança Estadual	
4.2 - Cobertura vegetal	4.2 - Soluções	Recuperação de 40 hectares de	Promoção da conservação e recuperação de	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ	Não prioritário	Município	Prefeituras municipais	0,00	0,00	5.068.899,15	1.676.815,41	6.745.714,56	Cobrança Estadual	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	baseadas na natureza	áreas prioritárias por ano	nascentes, matas ciliares e áreas de recarga		prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias										
4.2 - Cobertura vegetal	4.2 - Soluções baseadas na natureza	Cercamento de 10.600 metros por ano	Promoção do isolamento de fatores de degradação em matas ciliares e áreas de recarga	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Município	Prefeituras municipais	0,00	0,00	1.440.000,00	720.000,00	2.160.000,00	Cobrança Estadual	
5.1 - Controle de perdas	5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	Alcance das metas intermediárias dos cenários de referência para planejamento, conforme descrito no Plano de Bacias	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Município	Para 2020, municípios prioritários indicados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 324/2019. A partir de 2021, municípios observando as prioridades do Plano de Bacias	Prioritário	Município	Prefeituras municipais e concessionárias de saneamento	25.901.960,62	0,00	7.200.000,00	0,00	33.101.960,62	Cobrança Estadual	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
5.1 - Controle de perdas	5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	Alcance das metas intermediárias dos cenários de referência para planejamento, conforme descrito no Plano de Bacias	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Município	Para 2020, municípios prioritários indicados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 324/2019. A partir de 2021, municípios observando as prioridades do Plano de Bacias	Prioritário	Município	Prefeituras municipais e concessionárias de saneamento	1.360.122,45	0,00	0,00	0,00	1.360.122,45	CFURH	
8.1 - Capacitação técnica	8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	Formação de pelo menos um representante de cada grupo (poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários)	Processos formativos de representantes dos poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários sobre a realidade socioambiental das Bacias PCJ e as prioridades do Plano de Bacias	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	A definir	Agência das Bacias PCJ, Prefeituras municipais e ONGs	0,00	0,00	600.000,00	300.000,00	900.000,00	Cobrança Estadual	
8.3 - Comunicação	8.3 - Comunicação	Elaboração de um plano	Elaborar ações de	Bacia	Bacia do rio Tietê	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	210.000,00	0,00	210.000,00	Outra	Comitês da Bacia do rio

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	o social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	e implantação de programa de comunicação social na Bacia do Tietê	comunicação social para a Bacia do Tietê												Tietê (AT, SMT, TJ, TB, BT)
8.3 - Comunicação	8.3 - Comunicação o social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	Elaboração de um plano e implantação de programa de comunicação social na Bacia do Tietê	Elaborar ações de comunicação social para a Bacia do Tietê	Bacia	Bacias do rio Tietê	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00	Cobrança Estadual	
1.1 - Bases e Sistemas de Informação	2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Disponibilidade de ao menos 01 modelo	Manutenção e aprimoramento de um modelo chuva-vazão para as Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	435.000,00	471.594,18	478.500,00	1.385.094,18	Outra	Cobrança Federal
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	2.461.459,23	2.141.459,23	2.461.459,23	7.064.377,69	Outra	A definir

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	recursos hídricos		transporte de esgotos		Plano de Bacias										
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00	Outra	Cobrança Federal
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Bacia	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	2.461.459,23	2.461.459,23	2.461.459,23	7.384.377,69	Outra	A definir
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para a implantação de novas ETÉs visando tratamento secundário	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	679.913,98	359.913,98	679.913,98	1.719.741,94	Outra	A definir
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de estudos para a implantação de novas ETÉs visando tratamento secundário	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
					Plano de Bacias										
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00	Outra	Cobrança Federal
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Elaboração de ao menos 01 estudo	Elaboração de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	PDC 1 e 2	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	3.602.522,40	3.282.522,40	3.602.522,40	10.487.567,20	Outra	A definir
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Planos elaborados por sub-bacia e intervenções realizadas	Desenvolvimento de estudos de alternativas e intervenções para minimização dos riscos de inundação ribeirinha	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	2.350.000,00	0,00	0,00	2.350.000,00	Outra	Cobrança Federal
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de	Ao menos 01 plano revisado/elaborado	Elaboração e revisão de planos municipais de	Município	A definir	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	recursos hídricos		saneamento básico												
1.5 - Disponibilidade	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Plano elaborado	Elaboração do plano diretor de reúso de água para as Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	Outra	Cobrança Federal
1.2 - Apoio ao planejamento	1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos	Ao menos 01 estudo elaborado	Realizar os procedimentos estabelecidos para as áreas de restrição e controle já identificadas nas Bacias PCJ e avaliar a existência de novas áreas	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00	Outra	Cobrança Federal
1.3 - Enquadramento	2.4 - Enquadramento dos corpos de água em classes de qualidade	Encaminhamento de uma proposta de enquadramento ao CERH-MG	Encaminhamento do enquadramento da porção mineira das Bacias PCJ	Sub-bacia	Porção Mineira das Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	IGAM, Agência das Bacias PCJ	0,00	106.637,61	106.637,61	106.637,61	319.912,82	Outra	A definir
1.4 - Monitoramento	2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de	Disponibilização dos dados de ao menos 36	Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	3.140.000,00	3.670.385,07	0,00	6.810.385,07	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	informação sobre recursos hídricos	postos ativos	quali-quantitativo dos recursos hídricos												
2.3 - Cobrança	2.3 - Cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a área de cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	1.210.000,00	1.929.591,25	1.331.000,00	4.470.591,25	Outra	Cobrança Federal
1.6 - Legislação	2.3 - Cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Ao menos 01 estudo elaborado	Estudos para aprimoramento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Gestão integrada	2.5 - Redes de Monitoramento e Sistemas de informação sobre recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para acompanhamento de projetos da área de Sistema de Informações	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	1.450.000,00	1.515.088,07	1.595.000,00	4.560.088,07	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Gestão integrada	2.2 - Outorga de direitos de uso dos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para fiscalização de outorgas	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	1.400.000,00	1.512.000,00	1.500.000,00	4.412.000,00	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	recursos hídricos														
2.5 - Gestão integrada	2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio Operacional para acompanhamento de empreendimentos de demanda espontânea	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	1.350.000,00	1.319.600,57	1.485.000,00	4.154.600,57	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Gestão integrada	2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Desembolso de ao menos 60% do valor previsto	Remuneração de agentes técnicos e financeiros para empreendimentos deliberados pelos Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	300.000,00	420.000,00	0,00	720.000,00	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Gestão integrada	2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	800.000,00	878.786,17	840.400,00	2.519.186,17	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Gestão integrada	2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para acompanhamento de projetos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	891.000,00	1.060.970,53	980.100,00	2.932.070,53	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
			de assessoria ambiental												
2.5 - Gestão integrada	2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a Área de Tecnologia da Informação - TI	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	850.000,00	707.551,20	904.200,00	2.461.751,20	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Gestão integrada	2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Logística de Suporte às reuniões Plenárias e das CTs dos Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	200.000,00	395.000,00	200.000,00	795.000,00	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Gestão integrada	2.7 - Infraestrutura dos órgãos do CORHI e Agências de Bacias	Apoio operacional contínuo	Manutenção de licenciamento de sistemas de TI	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	500.000,00	1.535.935,43	500.500,00	2.536.435,43	Outra	Cobrança Federal
2.5 - Gestão integrada	2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Desembolso de ao menos 70% do valor previsto	Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos internos das CTs e eventos externos	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	200.000,00	237.580,20	200.000,00	637.580,20	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
2.5 - Gestão integrada	2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para acompanhamento de ações da porção mineira	Bacia	Bacias PCJ	PDC 1 e 2	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	340.000,00	367.200,00	374.000,00	1.081.200,00	Outra	Cobrança Federal
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	13.948.268,97	13.948.268,97	27.896.537,94	Outra	A definir
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00	Outra	Cobrança Federal
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgotos	Município	Municípios com prioridades para coleta, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	13.278.268,97	13.948.268,97	27.226.537,94	Outra	A definir
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos para a implantação de	Município	Municípios observando as prioridades	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	1.350.000,00	670.000,00	0,00	2.020.000,00	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
			novas ETEs visando tratamento secundário		para tratamento secundário, no Plano de Bacias										
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos para a implantação de novas ETEs visando tratamento secundário	Município	Municípios observando as prioridades para tratamento secundário, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	3.602.522,40	2.932.522,40	3.602.522,40	10.137.567,20	Outra	A definir
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	0,00	670.000,00	0,00	670.000,00	Outra	Cobrança Federal
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Elaboração de ao menos 01 projeto	Elaboração de projetos de melhorias da eficiência das ETEs na remoção de nutrientes	Município	Municípios observando as prioridades para remoção de nitrogênio e fósforo, no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	20.414.293,60	19.744.293,60	20.414.293,60	60.572.880,80	Outra	A definir

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Ao menos 01 projeto realizado	Implantação de Unidades de Tratamento de Lodo nas ETAs	Município	A definir	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	4.500.000,00	Outra	A definir
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Ampliação dos sistemas de coleta de esgotos de pelo menos 20% do municípios prioritários	Ampliações e melhoria dos sistemas de coleta de esgotos	Município	Municípios observando as prioridades no Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	196.916.738,44	196.916.738,44	196.916.738,44	590.750.215,32	Outra	A definir
3.1 - Sist. esgotamento	3.1 - Esgotamento sanitário	Ao menos 01 ETE implantada	Implantação das ETEs projetadas e melhorias das ETEs existentes	Bacia	Bacias PCJ, observando as prioridades para tratamento secundário.	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	20.497.153,01	20.497.153,01	20.497.153,01	61.491.459,02	Outra	A definir
4.1 - Proteção de mananciais	4.1 - Controle de processos erosivos	Estabilização de 10 voçorocas/a no nas propriedades que recebem projetos de recomposição florestal	Estabilização de voçorocas nas propriedades que receberão projetos de recomposição florestal	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares	Não prioritário	A definir	Prefeituras municipais, ONGs e Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00	Outra	A definir

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
					e áreas de recarga do Plano de Bacias										
4.1 - Proteção de mananciais	4.1 - Controle de processos erosivos	Aplicação de técnicas de conservação do solo em aproximadamente 360 ha/ano	Aplicação de técnicas de conservação do solo em propriedades que receberão os projetos de recomposição florestal	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	A definir	Prefeituras municipais, ONGs e Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	0,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	1.500.000,00	Outra	A definir
4.1 - Proteção de mananciais	4.1 - Controle de processos erosivos	Conservação de solo em 300 hectares por ano	Execução de intervenções de conservação de solo	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do	Não prioritário	A definir	Prefeituras municipais, ONGs e Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	0,00	391.950,00	391.950,00	391.950,00	1.175.850,00	Outra	A definir

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
					Plano de Bacias										
4.1 - Proteção de mananciais	4.2 - Soluções baseadas na natureza	Contratação de ao menos 01 projeto aprovado no Edital anualmente	Implementação de projetos de PSA	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	Município	Prefeituras municipais	0,00	150.000,00	1.150.000,00	150.000,00	1.450.000,00	Outra	Cobrança Federal
4.2 - Cobertura vegetal	4.2 - Soluções baseadas na natureza	Recuperação de 10 hectares de áreas prioritárias por ano	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do	Não prioritário	A definir	Agência das Bacias PCJ ou Prefeituras Municipais	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
					Plano de Bacias										
4.1 - Proteção de mananciais	4.3 Proteção de mananciais	Contratação da elaboração de PIPs para 1.000 hectares por ano	Desenvolvimento e monitoramento da implementação dos PIPs	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	A definir	Agência das Bacias PCJ ou Prefeituras Municipais	0,00	1.251.082,44	2.218.725,60	600.000,00	4.069.808,04	Outra	Cobrança Federal
4.2 - Cobertura vegetal	4.2 - Soluções baseadas na natureza	Recuperação de 40 hectares de áreas prioritárias por ano	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Bacia	Áreas de Contribuição das Bacias PCJ prioritárias conforme mapa síntese Mapa Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga do Plano de Bacias	Não prioritário	A definir	Prefeituras municipais, ONGs, Setor privado	0,00	469.003,24	385.620,27	497.509,37	1.352.132,87	Outra	A definir
5.1 - Controle de perdas	5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	Alcance das metas intermediárias dos cenários de referência para	Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	Município	Municípios observando as prioridades do Plano de Bacias	Prioritário	Município	Concessionárias de saneamento	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3.000.000,00	Outra	A definir

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
		planejamento, conforme descrito do Plano de Bacias													
5.1 - Controle de perdas	5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento	Ao menos 01 manutenção realizada	Manutenção do projeto de benchmarking para o controle de perdas de água em sistemas de distribuição	Bacia	Bacias PCJ	Prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	Outra	Cobrança Federal
8.1 - Capacitação técnica	8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	01 Plano elaborado e ao menos 12 membros capacitados em nível de pós-graduação	Elaboração de um Plano de Capacitação Técnica e realização de processos formativos nas áreas de atuação das Câmaras Técnicas	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	165.000,00	175.813,20	165.000,00	505.813,20	Outra	Cobrança Federal
8.1 - Capacitação técnica	8.1 - Capacitação técnica em planejamento e gestão de	Capacitação de ao menos 05 turmas por ano	Ampliação e divulgação do programa de capacitação (Escola da Água e Saneamento),	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Consórcio PCJ	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	recursos hídricos		fomento e incentivo à capacitação de operadores												
8.3 - Comunicação	8.2 - Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas	Ao menos 01 processo formativo e uma campanha educativa realizada	Realização de processos formativos e campanhas educativas sobre a realidade das Bacias PCJ	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	250.000,00	300.000,00	400.000,00	950.000,00	Outra	Cobrança Federal
8.3 - Comunicação	8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	01 Plano elaborado e ações implementadas	Elaboração e execução de um Plano de Comunicação para o fortalecimento da comunicação entre a sociedade civil e os Comitês PCJ	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	650.000,00	1.043.646,72	715.000,00	2.408.646,72	Outra	Cobrança Federal
8.3 - Comunicação	8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas	Capacitar os municípios para o desenvolvimento	Fomento à elaboração de planos integrados de recomposição florestal e	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	470.000,00	0,00	0,00	470.000,00	Outra	Cobrança Federal

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



SubPDC (Delib. CRH 190/16, vigente até 2021)	SubPDC (Delib. CRH 246/21, vigente a partir de 2022)	Meta do quadriênio	Ação	Área de abrangência da ação	Nome da área de abrangência	Prioridade de execução cf. Delib. CRH 254/21	Executor da ação (segmento)	Executor da ação (nome da entidade ou órgão)	Recursos financeiros (R\$) 2020	Recursos financeiros (R\$) 2021	Recursos financeiros (R\$) 2022	Recursos financeiros (R\$) 2023	Recursos financeiros (R\$) TOTAL	Fonte	Especificação de outras fontes
	à gestão de recursos hídricos	ento dos Planos	proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado												
2.5 - Gestão integrada	2.6 - Gestão integrada dos recursos hídricos	Contratação de ao menos 01 pessoa	Apoio operacional para gerenciamento da implementação e da revisão do Plano de Bacias	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	0,00	588.763,99	588.763,99	1.177.527,98	Outra	Cobrança Federal
8.3 - Comunicação	8.3 - Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	Apoio operacional contínuo	Apoio operacional para a área de comunicação social	Bacia	Bacias PCJ	Não prioritário	Sociedade civil	Agência das Bacias PCJ	0,00	610.000,00	329.400,00	662.200,00	1.601.600,00	Outra	Cobrança Federal
TOTAL (R\$) CFURH									1.360.122,45	2.615.876,04	1.878.169,35	1.936.400,85	7.790.568,69		
TOTAL (R\$) COBRANÇA PAULISTA									27.690.473,66	4.713.836,23	27.603.600,14	19.872.339,28	79.880.249,31		
TOTAL (R\$) FEHIDRO									29.050.596,11	7.329.712,27	29.481.769,49	21.808.740,13	87.670.818,00		

Considerando os termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 380/21, de 12/11/2021, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de "Saneamento e Controle de Perdas Hídricas", visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2022 e 2023 e dá outras providências;

Considerando os termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de "Saneamento Rural", visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2022 e 2023 e dá outras providências;

Considerando os termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 382/21, de 12/11/2021, que define cronograma e regras gerais e específicas para seleção de empreendimentos visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ Paulista, no âmbito do Programa I da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, referente ao orçamento de 2022 e dá outras providências;

Considerando os termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 383/21, de 12/11/2021, que define cronograma e regras gerais e específicas para seleção de empreendimentos visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Rios de Domínio do Estado de São Paulo nas Bacias PCJ – Cobrança PCJ Paulista, no âmbito do Programa II da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, referente ao orçamento do exercício de 2022 e dá outras providências;

Considerando os termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 384/21, de 12/11/2021, que altera valor indicado no item 6, do Quadro I, do Anexo I da Deliberação dos Comitês PCJ nº 378/21, de 07/10/2021, referente ao empreendimento "Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural de Artur Nogueira/SP";

Deliberam:
Art. 1º Referendar ato dos Presidentes dos Comitês PCJ, conforme os termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 380/21, de 12/11/2021.

Art. 2º Referendar ato dos Presidentes dos Comitês PCJ, conforme os termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021.

Art. 3º Referendar ato dos Presidentes dos Comitês PCJ, conforme os termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 382/21, de 12/11/2021.

Art. 4º Referendar ato dos Presidentes dos Comitês PCJ, conforme os termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 383/21, de 12/11/2021.

Art. 5º Referendar ato dos Presidentes dos Comitês PCJ, conforme os termos da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 384/21, de 12/11/2021.

Art. 6º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 386/21, de 10/12/2021
Cancela indicação de empreendimento cujo tomador é a Fundação Agência das Bacias PCJ, financiado com recursos da Cobrança PCJ Paulista, exercício de 2021, denominado "Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção de sistema para monitoramento hidrológico das Bacias PCJ", e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 26ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 367/21, de 24/06/2021, que "Indica empreendimento para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo localizados nas Bacias PCJ – Cobrança PCJ Paulista, referente ao exercício de 2021, e dá outras providências";

Considerando que o empreendimento indicado na deliberação supracitada se refere à "Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção de sistema para monitoramento hidrológico das Bacias PCJ";

Considerando que o empreendimento foi indicado para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista, em razão do limite orçamentário previsto para os recursos da Cobrança PCJ Federal para os anos de 2021, 2022 e 2023;

Considerando que, atualmente, a ação tem sido financiada com recursos da Cobrança PCJ Federal, e que recente ajuste no orçamento referente aos recursos da Cobrança PCJ Federal, possibilitou a suplementação de recursos para a continuidade do projeto em execução;

Considerando o Ofício Agência das Bacias PCJ nº 195/2021, encaminhado à Secretaria Executiva do COFEHIDRO (SECO-FEHIDRO), informando sobre o exposto acima e solicitando o cancelamento da indicação em pauta;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 10ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento e Câmara Técnica do Plano de Bacias, realizada no dia 12/11/2021, por videoconferência;

Deliberam:
Art. 1º Fica cancelada a indicação, para recebimento de recursos da Cobrança PCJ Paulista, do empreendimento descrito na tabela a seguir:

Tomador Empreendimento	Modalidade	PDC/	Sub-PDC
(R\$)	Contr. (R\$)	Valor Total	(R\$)
Fundação Agência das Bacias PCJ	Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção de sistema para monitoramento hidrológico das Bacias PCJ	Não	-
	-reembolsável	1/1.4	7.200.000,00/7.200.000,00

Art. 2º Os recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista correspondentes ao empreendimento descrito no art. 1º desta deliberação serão acrescidos ao orçamento de 2022, para planejamento quanto à sua aplicação pelos Comitês PCJ.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 387/21, de 10/12/2021
Aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – POA-PCJ para o exercício 2022 e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 26ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando que a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ), entidade delegatária, exerce as funções de Agência

de Água nas Bacias PCJ, em rios de domínio da União, conforme Resolução CNRH nº 218/2020, de 02 de dezembro de 2020;

Considerando o Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035), aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 332, de 31/08/2020, com horizonte de planejamento até 2035, e suas prioridades de intervenções;

Considerando que Plano de Aplicação Plurianual PCJ 2021 a 2025 (PAP-PCJ 2021-2025) foi atualizado, no tocante às previsões para o exercício 2022, mediante proposta de ajuste elaborada pela Agência das Bacias PCJ, aprovada pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, conforme procedimentos previstos no inciso I, do artigo 4º, da Deliberação dos Comitês PCJ nº 345/2020;

Considerando que o Contrato de Gestão nº 003/ANA/20, celebrado entre a Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), e com interveniência dos Comitês PCJ, estabelece que anualmente a Agência das Bacias PCJ deve elaborar o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA), instrumento orçamentário, vinculado ao PAP-PCJ 2021-2025, contendo o detalhamento das ações a serem executadas tanto com recursos de investimentos quanto de custeio administrativo da Agência das Bacias PCJ;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 10ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento e Câmara Técnica do Plano de Bacias, realizada no dia 12/11/2021, por videoconferência;

Deliberam:
Art. 1º Fica aprovado o Plano de Execução Orçamentária Anual para o exercício 2022 (POA PCJ 2022), constante no Anexo I, baseado nas ações previstas no PAP-PCJ 2021-2025.

§ 1º As ações constantes do POA PCJ 2022 serão custeadas com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal).

§ 2º As ações previstas no PAP-PCJ 2021-2025 para execução no exercício 2021, que não tiverem concluído seu processo de contratação em 2021, serão avaliadas pela Agência das Bacias PCJ e poderão ser remanejadas para execução no exercício 2022.

Art. 2º Havendo recursos financeiros disponíveis, relativos a saldos ou superávits da Cobrança PCJ Federal, referentes aos exercícios anteriores, o POA-PCJ do exercício 2022 poderá ser atualizado.

Art. 3º A Agência das Bacias PCJ fica responsável por comunicar formalmente os Comitês PCJ, acompanhadas das justificativas necessárias, sobre quaisquer alterações no POA-PCJ vigente.

Art. 4º A execução do POA-PCJ 2022 deverá ser apresentada, para fins de prestação de contas e transparência, aos Plenários dos Comitês PCJ, na primeira reunião do ano subsequente.

Art. 5º Exercerá à Agência das Bacias PCJ, no papel de Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, disponibilizar e atualizar o POA-PCJ 2022 nas páginas eletrônicas da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, para garantir a transparência e o controle social.

Art. 6º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Obs.: O anexo que é citado nesta deliberação está disponível para consulta no site dos Comitês PCJ através do link: <http://www.comitespcj.org.br>

Deliberação dos Comitês PCJ nº 388/21, de 10/12/2021
Aprova matriz contendo ações prioritizadas do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ, referente aos exercícios de 2022 a 2025, para o respectivo acompanhamento da execução física das ações visando ao atendimento de metas do Indicador 3 do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 26ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando os termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/2019, de 13/12/2019, que aprova a indicação da Agência das Bacias PCJ para desempenhar, transitoriamente, funções de Agência de Água dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Comitês PCJ), como entidade delegatária das funções de Agência de Água nas Bacias PCJ; e da Resolução CNRH nº 2.018/2020, de 02/12/2020, que prorrogou a delegação à Agência das Bacias PCJ, para o exercício dessas funções, até 31/01/2035;

Considerando que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Agência das Bacias PCJ celebraram, em 21/12/2020, o Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, com a interveniência dos Comitês PCJ, para o exercício das funções de Agência de Água nas Bacias PCJ;

Considerando que o Programa de Trabalho do contrato de gestão supramencionado, trata dos indicadores e metas a serem atendidos pela Agência das Bacias PCJ, no período 2021 a 2025;

Considerando que o Indicador 3, do Programa de Trabalho, se refere ao "Índice de Execução Física de Ações Priorizadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas", cuja meta para o ano de 2021 é a organização de matriz para o acompanhamento da execução física de ações do PAP-PCJ 2021/2025 prioritizadas pelos Comitês PCJ, durante os exercícios de 2022 a 2025;

Considerando que foram realizadas reuniões entre a equipe da Agência das Bacias PCJ e a equipe da ANA que compõe a Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão (CACG/ANA), para alinhamento sobre os procedimentos referentes ao acompanhamento das ações;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), em conjunto com a Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ durante a sua 10ª Reunião Extraordinária Conjunta CT-PL e CT-PB, realizada em 12/11/2021, por videoconferência;

Deliberam:
Art. 1º Fica aprovada matriz contendo as ações do PAP-PCJ 2021/2025, prioritizadas e selecionadas para o respectivo acompanhamento da execução física das ações, na forma apresentada no Anexo desta deliberação.

Art. 2º Os documentos comprobatórios que evidenciarem a execução e a conclusão das atividades definidas para cada ação, conforme previsto na matriz, serão apresentados pela Agência das Bacias PCJ à CACG/ANA, anualmente, por meio do Relatório de Execução do Contrato de Gestão, para análise e avaliação da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão (CAV/ANA).

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 389/21, de 10/12/2021
Aprova o "Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2021 - ano base 2020" das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 26ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando as diretrizes fixadas pela Lei (SP) nº 7.663/91, que em seu art. 19 determina que seja publicado anualmente

relatório sobre a "Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas" do Estado de São Paulo;

Considerando que os Comitês PCJ atribuíram à Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) a tarefa de acompanhar e avaliar a elaboração dos Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá;

Considerando disposição da Lei (SP) nº 16.337/2016, que "Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH e dá providências correlatas", que fixou 30/06, anualmente, como prazo-limite para aprovação dos Relatórios de Situação das UGRHs pelos colegiados paulistas;

Considerando os termos do Ofício Circular CRH nº 32/2021, informando que o prazo supramencionado não seria possível de atendimento em 2021, e do Ofício CRHI nº 53/2021, que definiu 15/12/2021 como data-limite para a aprovação dos Relatórios de Situação 2021 (ano base 2020);

Considerando a metodologia e os procedimentos estabelecidos pela Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHI), da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA), para a elaboração do "Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2021 da Bacia Hidrográfica";

Considerando os termos do Ofício CRHI nº 28/2021 e da Deliberação CRH nº 254/2021, referentes à obrigatoriedade das atualizações e alterações no Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) constarem do Relatório de Situação, e do Ofício Circular CRH nº 33/2021, que solicitou que as informações utilizadas no preenchimento da planilha de acompanhamento das ações do PA/PI também integrem o relatório, em 2021;

Considerando os termos do Ofício CRHI nº 49/2021, que orientou para a necessidade de apresentação, no Relatório de Situação 2021, de versão do PA/PI, para os anos de 2022-2023, adequada às definições da Deliberação CRH nº 246/2021, que aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada – PDC;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 10ª Reunião Extraordinária Conjunta com a CT-PB, realizada em 12/11/2021, por videoconferência;

Deliberam:
Art. 1º Fica aprovado o "Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2021 - Ano Base 2020", elaborado por a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos PCJ (UGRH-05), conforme metodologia e procedimentos estabelecidos pela Coordenadoria de Recursos Hídricos, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Art. 2º A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ providenciará meios para a ampla divulgação do mesmo e o envio de cópias aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos de São Paulo e de Minas Gerais e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 390/21, de 10/12/2021
Altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos – PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023, e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 26ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/2020, de 31/08/2020, aprovou o Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período 2020 a 2035 – Plano das Bacias PCJ 2020-2035;

Considerando que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 376/2021, de 07/10/2021, aprovou a alteração do Plano de Ação e o Programa de Investimentos – PA/PI para o quadriênio 2020 a 2023;

Considerando que a Deliberação CRH nº 246/2021, de 18/02/2021, aprovou a revisão dos Programas de Duração Continuada – PDC para fins da aplicação dos instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando que o Ofício CRHI nº 49/2021, de 02/09/2021, apresentou orientações quanto ao formato e prazos para a adequação do PA/PI para os anos 2022 e 2023;

Considerando que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 389/2021, de 10/12/2021, aprovou o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2021 (Ano-base 2020), apresentando atualizações no PA/PI para o próximo biênio;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 10ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento e Câmara Técnica do Plano de Bacias, realizada no dia 12/11/2021, por videoconferência;

Deliberam:
Art. 1º Fica aprovada a alteração do "Plano de Ação e Programa de Investimentos – PA/PI" para a gestão dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o quadriênio 2020 a 2023, conforme consta dos Anexos desta deliberação.

§ 1º No Anexo I, constam informações referentes ao período 2022 a 2023, em atendimento a orientações da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHI) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA).

§ 2º No Anexo II, constam informações consolidadas para todo o quadriênio, considerando o planejamento para o período 2020 a 2023.

Art. 2º Havendo recursos financeiros disponíveis relativos a saldos ou superávits das cobranças pelo uso dos recursos hídricos, paulista e federal, ou da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos - CFURH, estes poderão ser utilizados para financiamento de ações indicadas no Anexo desta Deliberação, que tiveram como fonte a classificação "Outra".

Parágrafo único. As destinações de recursos de que trata o caput serão objeto de deliberações específicas voltadas à adequação do "Plano de Ação e Programa de Investimentos – PA/PI" para o quadriênio 2020 a 2023.

Art. 3º Fica revogada a Deliberação dos Comitês PCJ nº 376/2021, de 07/10/2021.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Obs.: Os anexos que são citados nesta deliberação estão disponíveis para consulta no site dos Comitês PCJ através do link: <http://www.comitespcj.org.br>

Deliberação dos Comitês PCJ nº 391/21, de 10/12/2021
Aprova plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – exercício 2022 e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 26ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) por meio da Resolução CNRH nº 218, de 02 de dezembro de 2020, aprovou a prorrogação da indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ como entidade delegatária das funções de Agência de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá até 31 de dezembro de 2035; sendo firmado Contrato de Gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);

Considerando os termos da Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 151/12, de 04/09/2012, referendada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 158/12, de 14/12/2012, que ratificaram o Termo de Transferência das funções de Secretaria Executiva do CBH-PCJ, do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) para a Fundação Agência das Bacias PCJ;

Considerando que o inciso VI, do art. 22, do Decreto (SP) nº 50.667, de 30/03/2006, prevê que, para transferências de até 10% (dez por cento) do valor arrecadado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, para despesas de custeio e pessoal, deve ser aprovado, pelo respectivo CBH, um plano anual de aplicação;

Considerando que o Conselho Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, reunido em 29/10/2021, no Museu da Água, em Piracicaba/SP, aprovou o plano de trabalho e a proposta orçamentária da entidade para o exercício de 2022;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 83ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2021, por videoconferência;

Deliberam:
Art. 1º Ficam aprovados o Plano de Trabalho 2022 e a Proposta Orçamentária do Custeio Administrativo 2022, com salários e encargos dos dirigentes e demais funcionários, da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ), para o exercício de 2022, que seguem anexos a esta Deliberação.

Parágrafo único. Para a consecução do plano mencionado no caput deste artigo, fica estabelecido o percentual de 10% (dez por cento), incidentes sobre o total que for arrecadado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, para repasse à Agência das Bacias PCJ, conforme estabelecido no inciso VI, do art. 22, do Decreto (SP) nº 50.667, de 30/03/2006.

Art. 2º Ficam aprovados repasses de recursos financeiros da sub-conta FEHIDRO, do CBH-PCJ, provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, arrecadados no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, para cobertura de custos operacionais do agente financeiro da cobrança, decorrentes do contrato com a Desenvolve SP, dos agentes técnicos do FEHIDRO e demais despesas decorrentes.

Art. 3. Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

Deliberação dos Comitês PCJ nº 392/21, de 10/12/2021
Aprova os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o período 2022/2023 e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 26ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando que, no âmbito dos Comitês PCJ, estão criadas e em funcionamento 12 (doze) Câmaras Técnicas, cujas atribuições estão definidas na Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15;

Considerando outras diretrizes que devem orientar a atuação das CTs no mandato em questão, dentre as quais as Deliberações dos Comitês PCJ nº 332/20, nº 345/20, nº 379/21, nº 390/2021, que se referem, respectivamente, ao Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035; ao Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ 2021 a 2025; ao Plano de Ações do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ para o período 2022 a 2025; e a alteração do Plano de Ação e o Programa de Investimentos (PA/PI) 2020 a 2023;

Considerando os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021, que aprovou o Regimento Geral das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, que estabeleceu, em seu artigo 36, a necessidade de elaboração, pelas CTs, de um Plano de Trabalho para o mandato, compatível com o Plano das Bacias PCJ, com as políticas temáticas dos Comitês PCJ, as atribuições das CTs proponentes e o cronograma de trabalho dos Comitês PCJ;

Considerando que, em julho de 2021, foi realizada a renovação da composição das CTs, para o mandato 2021-2023;

Considerando que no período de julho a outubro de 2021 as Câmaras Técnicas elaboraram propostas de planos de trabalho, contendo ações, atividades e temas a serem desenvolvidos no período compreendido entre janeiro de 2022 e dezembro de 2023;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 83ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2021, por videoconferência;

Deliberam:
Art. 1º Ficam aprovados os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, para o período 2022-2023, consolidados no Anexo desta deliberação.

Art. 2º A Agência das Bacias PCJ elaborará Nota Técnica para regulamentar prazos e procedimentos envolvidos no apoio ao planejamento e organização das CTs para a realização das atividades previstas nos Planos de Trabalhos.

§ 1º A Nota Técnica será constituída do seguinte conteúdo mínimo:

I - Fluxograma do processo de apoio da Agência das Bacias PCJ aos eventos planejados, definindo prazos para o envio de solicitações pelas CTs e para o seu atendimento pelos setores responsáveis da Agência das Bacias PCJ;